



Município do Cabo de Santo Agostinho

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2022 a Agosto/2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						
	LIQUIDADAS						
	set/2022	out/2022	nov/2022	dez/2022	jan/2023	fev/2023	mar/2023
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.160.602,83	47.661.172,00	45.140.871,26	89.803.072,08	45.065.747,19	45.149.364,05	45.117.192,78
Pessoal Ativo	40.280.994,44	39.058.963,51	36.582.846,49	74.157.878,61	36.345.905,19	36.540.188,94	36.423.591,44
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	34.523.812,48	33.384.026,60	30.919.480,87	63.231.275,39	30.779.174,17	30.962.248,71	30.848.368,42
Obrigações Patronais	5.757.181,96	5.674.936,91	5.663.365,62	10.926.603,22	5.566.731,02	5.577.940,23	5.575.223,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.879.608,39	8.602.208,49	8.558.024,77	15.645.193,47	8.719.842,00	8.609.175,11	8.693.601,34
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.000.023,24	7.747.283,75	7.697.357,76	14.057.264,85	7.798.606,96	7.650.277,47	7.743.817,75
Pensões	879.585,15	854.924,74	860.667,01	1.587.928,62	921.235,04	958.897,64	949.783,59
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.054.662,01	2.029.097,37	1.861.018,77	3.705.412,14	2.558.847,84	1.994.307,87	3.502.494,40
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	431.897,95	680.126,28	4.078,20	342.298,70	925.894,20	655.078,20	1.905.997,93
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	2.948.974,69	73.451,01	291.394,42	469.158,65	0,00	17.362,56	14.086,85
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	14.320,62	0,00	0,00	757.949,03	307,97	3.062,15	39.184,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.659.468,75	1.275.520,08	1.565.546,15	2.136.005,76	1.632.645,67	1.318.804,96	1.543.225,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	44.105.940,82	45.632.074,63	43.279.852,49	86.097.659,94	42.506.899,35	43.155.056,18	41.614.698,38

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	LIQUIDADAS						
	abr/2023	mai/2023	jun/2023	jul/2023	ago/2023	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.284.046,87	45.197.434,05	44.214.879,31	40.874.793,04	41.737.093,81	583.406.269,27	0,00
Pessoal Ativo	35.611.883,72	36.527.401,57	35.423.554,58	32.160.406,58	32.967.800,38	472.081.415,45	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.037.286,48	30.893.211,55	30.040.526,50	26.975.696,09	27.718.093,85	400.313.201,11	0,00
Obrigações Patronais	5.574.597,24	5.634.190,02	5.383.028,08	5.184.710,49	5.249.706,53	71.768.214,34	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.672.163,15	8.670.032,48	8.791.324,73	8.714.386,46	8.769.293,43	111.324.853,82	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.704.224,58	7.716.993,21	7.819.528,87	7.768.183,24	7.798.109,47	99.501.671,15	0,00
Pensões	967.938,57	953.039,27	971.795,86	946.203,22	971.183,96	11.823.182,67	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.495.172,86	3.113.293,93	2.382.989,77	3.450.341,78	4.262.783,01	36.410.421,75	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	1.046.108,71	1.048.255,88	938.638,20	1.079.957,72	2.626.727,25	11.685.059,22	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	231.339,93	554.414,90	78.120,00	78.120,00	195.852,83	4.952.275,84	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	4.126,72	15.652,77	16.092,77	54.182,33	73.286,53	978.164,90	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.213.597,50	1.494.970,38	1.350.138,80	2.238.081,73	1.366.916,40	18.794.921,79	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	41.788.874,01	42.084.140,12	41.831.889,54	37.424.451,26	37.474.310,80	546.995.847,52	0,00



Município do Cabo de Santo Agostinho

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2022 a Agosto/2023

Continuação

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	968.143.538,80	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	320.000,00	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	10.046.981,00	---
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	957.776.557,80	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	546.995.847,52	57,11
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	517.199.341,21	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	491.339.374,15	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	465.479.407,09	48,60

FONTE: Sistema e-Pública (1495-2862-980). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/09/2023 e hora de emissão: 16:25.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 27 de setembro de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 27 de setembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico <https://www.cabo.pe.gov.br>, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"

1.Fundamentação

Este demonstrativo foi elaborado em conformidade com as disposições da 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

2.Conteúdo do Demonstrativo

Este demonstrativo contém os valores da despesa com pessoal do Poder Executivo realizada nos últimos 12 (doze) meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, dividida em "Pessoal Ativo", "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização", as despesas não computadas para fins de verificação do limite, a despesa total com pessoal, o percentual da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

As informações de pessoal foram consideradas pelo valor total do grupo de natureza de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, abrangendo as despesas com Ativos, Inativos, Pensionistas. Não houve execução de despesas que se enquadram no conceito do artigo 18 da LRF, em elementos do grupo de natureza da despesa 3 – Outras Despesas Correntes, isto é, toda despesa que compreenda despesa de pessoal foi executada no grupo de natureza de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais.

3.Objetivo do Demonstrativo

O Demonstrativo visa à transparência da despesa com pessoal dos órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira do Poder Executivo, conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

4.Contabilização das Despesas com Natureza Indenizatórias:

Conforme entendimento do TCE-PE, por meio dos Acórdãos TCE-PE 355/2018, 42/2020 e 1553/2021, não foram considerados, no cômputo da despesa com pessoal ativo, os valores pagos em pecúnia pela Administração Municipal a título de vale transporte, verba indenizatória, vale refeição, auxílio aquisição de uniforme, difícil acesso, e verba de representação, no valor de R\$ 4.694.409,84 (equivalente a 0,01% da despesa líquida com pessoal), que possuem natureza indenizatória.

5.Obtenção das Despesas Não Computadas:

Por força de lei, o RPPS do Município possui segregação de massa, cujo Cabo Prev (Fundo Financeiro) apresenta déficit financeiro, ou seja, quando as receitas arrecadadas pelo RPPS não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro municipal deve arcar com o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro.

Desta forma, para obtenção da Despesa com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF), apresentamos baixo a memória de cálculo a seguir:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS

Despesa com Aposentadorias e Reformas: R\$ 99.501.671,15

Despesa com Pensões: R\$ 11.823.182,67

TOTAL DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS (a): R\$ 111.324.853,82

(-) Transf. de recursos para cobertura de déficit ou insuficiência financeira (b): R\$ 92.529.932,03



Município do Cabo de Santo Agostinho

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2022 a Agosto/2023

Continuação

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

TOTAL DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS (c) = (a-b): R\$ 18.794.921,79

Destaca-se que o gasto do Município com Aposentadorias foi R\$ 99.883.702,02, sendo R\$ 99.501.671,15 do Poder Executivo e R\$ 382.030,87 do Poder Legislativo. Não houve despesas com Pensionistas originário do Poder Legislativo. Assim, na elaboração deste demonstrativo, só foram considerados as despesas correspondentes as Aposentadorias do Poder Executivo no valor R\$ 99.501.671,15.

Quanto as transferências para cobertura do déficit financeiro de Inativos e Pensionistas, o valor R\$ 92.529.932,03, corresponde ao déficit do Poder Executivo, visto que não há déficit para as Aposentadorias e Pensões do Poder Legislativo. Portanto, apenas o valor de R\$ 18.794.921,79 correspondente aos Inativos e Pensionistas, foi considerado para Despesas Não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF).

Ressalta-se também, que foram consideradas, como dedução, as despesas indenizatórias decorrentes de conversão de licenças-prêmio em pecúnia, nos termos dos Acórdãos TCE-PE nº 355/2018, 42/2020 e 279/2022, visto que no período de elaboração deste demonstrativo, essa despesa foi contabilizada no grupo 1 pessoal e encargos sociais. Assim, as licenças-prêmio não gozadas de servidores atualmente aposentados, cujo direito de receber em pecúnia foi reconhecido pela Administração Municipal, foram deduzidas na apuração da Despesa Total com Pessoal, conforme previsto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, por se tratar de despesa indenizatória.

6.Obtenção da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL Ajustada):

Registra o valor da RCL dos últimos doze meses, incluído o mês de referência, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada, conforme disciplinam o § 1º, art. 166-A da CF e o § 16, art. 166 da CF, respectivamente. A receita corrente líquida ajustada é parâmetro para a verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal.

A emenda constitucional nº 86, de 2015, determinou a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal, dos valores transferidos pela União referentes às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.

Assim, o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), evidenciado na linha (IV) do demonstrativo, correspondente as emendas parlamentares individuais abaixo relacionadas:

Emenda Parlamentar: 27180011 | Autor: Senador Jarbas Vasconcelos | Valor: R\$ 200.000,00 Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária.

Emenda Parlamentar: 27180011 | Autor: Deputado Augusto Coutinho | Valor: R\$ 120.000,00 Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária.

No mesmo sentido, a emenda constitucional nº 100, de 2019, estabeleceu a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal, dos valores transferidos pela União referentes às emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária.

Assim, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), evidenciado na linha (VI) do demonstrativo, correspondente as emendas parlamentares de bancadas abaixo relacionadas:

Emenda Parlamentar: 71180005 | Autor: Bancada de Pernambuco | Valor: R\$ 1.000.000,00 Destinação: Incremento temporário ao custeio de serviços hospitalar e ambulatorial.

A Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, acrescentou os §§ 7º a 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União na política remuneratória dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE).

Da mesma forma, a Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, acrescentou os §§ 14º a 15 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União na complementação dos pisos salariais do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Desta forma, os registros decorrentes de emendas de bancadas e as remunerações dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE) e a complementação do piso salarial dos profissionais da enfermagem, são evidenciados na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)". No período de apuração deste demonstrativo, houve repasses de R\$ 1.000.000,00 para este município, oriundo de emendas de bancadas. Quanto as remunerações dos ACS e ACE, o valor registrado foi R\$ 7.425.504,00. Já a complementação da União destinado ao piso dos profissionais da enfermagem totalizou R\$ 1.621.477,00.

Assim, a receita corrente líquida foi ajustada conforme memória de cálculo apresentada a seguir:

Valor da RCL apurada nos 12 meses (a): R\$ 968.143.538,80

Valor das emendas individuais (b): R\$ 320.000,00

Valor das emendas de bancada (c): R\$ 1.000.000,00

Valor da remuneração dos ACS e ACE (d): R\$ 7.425.504,00

Valor da complementação do piso da enfermagem (e): R\$ 1.621.477,00

Valor da RCL ajustada (f)=(a-b-c-d-e): R\$ 957.776.557,80

7.Obtenção do Resultado da Despesas Com Pessoal (DP):

Os dados deste demonstrativo, apresenta a Despesa Bruta Com Pessoal de R\$ 583.406.269,27, enquanto as despesas para efeito de Deduções Legais (§ 1º do art. 19 da LRF) de R\$ 36.410.421,75. Utilizando a equação da Despesa com Pessoal (Despesa Bruta – Deduções Legais = Despesa Com Pessoal), ao final do quadrimestre, o Anexo 01 do RGF do município apresentou o comprometimento da Receita Corrente Líquida (Ajustada) com Despesas de Pessoal de R\$ 546.995.847,52, que representa 57,11%.

É a metodologia de elaboração dos demonstrativos que compõem a despesa com pessoal, conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Cabo de Santo Agostinho, 27 de setembro de 2023.

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador CRC-PE Nº 022550/O-6



Município do Cabo de Santo Agostinho

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2022 a Agosto/2023

Continuação

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

CLAYTON DA SILVA MARQUES

Prefeito

CPF: 887.884.314-87 (Assinado Digitalmente)

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador

CRC PE 022550/O-6 (Assinado Digitalmente)



Município do Cabo de Santo Agostinho

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2023/Quadrimestre Maio-Agosto

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	67.552.607,52	108.205.423,82	106.854.286,97	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	66.567.280,81	107.379.395,81	106.028.258,96	
Empréstimos	47.500.000,00	88.200.000,00	88.200.000,00	
Internos	47.500.000,00	88.200.000,00	88.200.000,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	19.067.280,81	19.179.395,81	17.828.258,96	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	15.572.884,90	16.049.257,59	15.073.723,28	
De Demais Contribuições Sociais	387.962,90	306.286,50	224.610,10	
Do FGTS	461.120,48	449.576,52	437.692,93	
Com Instituição Não Financeira	2.645.312,53	2.374.275,20	2.092.232,65	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	985.326,71	826.028,01	826.028,01	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	35.700.138,11	66.686.466,98	43.555.860,48	
Disponibilidade de Caixa ¹	35.700.138,11	66.686.466,98	43.537.138,84	
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.347.597,58	87.136.704,03	61.493.296,30	
(-) Restos a Pagar Processados	12.382.876,28	4.522.523,41	3.206.181,28	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.264.583,19	15.927.713,64	14.749.976,18	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	18.721,64	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I-II)	31.852.469,41	41.518.956,84	63.298.426,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	974.132.862,16	988.322.487,14	968.143.538,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	2.608.544,00	2.608.544,00	320.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	971.524.318,16	985.713.943,14	967.823.538,80	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6,95	10,98	11,04	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	3,28	4,21	6,54	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	1.165.829.181,79	1.182.856.731,77	1.161.388.246,56	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	1.049.246.263,61	1.064.571.058,59	1.045.249.421,90	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	386.421.698,94	386.421.698,94	386.421.698,94	
RP NÃO-PROCESSADOS	1.148.474,31	364.033,78	224.022,82	
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1358-1395-460). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/09/2023 e hora de emissão: 16:26.

¹ A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha Precatórios



Município do Cabo de Santo Agostinho

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2023/Quadrimestre Maio-Agosto

Continuação

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

Nota: Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 27 de setembro de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 27 de setembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico <https://www.cabo.pe.gov.br>, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF

1. Fundamentação

Este demonstrativo foi elaborado em conformidade com as disposições da 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

2. Conteúdo do Demonstrativo

Este demonstrativo contém informações sobre a Dívida Consolidada do Município (detalhada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas), as Deduções (detalhadas em Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros), a Dívida Consolidada Líquida e o percentual apurado com base na Receita Corrente Líquida (ajustada). Para fins de transparência, o valor da Dívida Contratual informada foi detalhado com os valores de Empréstimos, da Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios, de Financiamentos, de Parcelamento e Renegociação de dívidas e de Outras Dívidas Contratuais. São evidenciados os valores do saldo do exercício anterior, e do saldo do exercício de referência por quadrimestre. Ressalta-se também que os valores informados neste demonstrativo são idênticos aos informados no Cadastro da Dívida Pública (CDP), que trata do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, previsto no § 4º do art. 32 da LRF.

3. Objetivo do Demonstrativo

O Demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo Município e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes.

4. Dívida Consolidada:

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Município, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

5. Dívida Consolidada Líquida:

A LRF remete ao Senado Federal, a quem a Constituição Federal delegou expressamente tal competência, a fixação dos limites da dívida consolidada, acrescentando que tais limites poderiam ser estabelecidos em termos de dívida líquida. A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

6. Obtenção da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL Ajustada):

A emenda constitucional nº 105, de 2019, determinou a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, para fins de aplicação dos limites de endividamento, dos valores transferidos pela União referentes às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.

Assim, foi retirado da receita corrente líquida do período o valor de R\$ 2.608.544,00 (dois milhões, seiscentos e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), correspondente as emendas parlamentares individuais abaixo relacionadas:

Emenda Parlamentar: 202227180003 | Autor: Augusto Coutinho | Valor: R\$ 108.544,00.
Destinação: Estruturação da Rede de serviços dos SUAS - Custeio.

Emenda Parlamentar: 31870001 | Autor: Felipe Carreras | Valor: R\$ 1.500.000,00.
Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial.

Emenda Parlamentar: 33870001 | Autor: Wolney Queiroz | Valor: R\$ 1.000.000,00.
Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial.

Desta forma, a receita corrente líquida foi ajustada conforme memória de cálculo apresentada a seguir:

Valor da RCL apurada nos 12 meses (a): R\$ 988.011.864,51
Valor das emendas individuais (b): R\$ 2.608.544,00
Valor da RCL ajustada (c)=(a-b): R\$ 985.713.973,14

É a metodologia de elaboração dos demonstrativos que compõem a Dívida Consolidada Líquida, conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

Cabo de Santo Agostinho, 27 de setembro de 2023.

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA
Contador CRC-PE Nº 022550/O-6

CLAYTON DA SILVA MARQUES

Prefeito
CPF: 887.884.314-87 (Assinado Digitalmente)

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador
CRC PE 022550/O-6 (Assinado Digitalmente)



Município do Cabo de Santo Agostinho

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2023/Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	974.132.862,16	988.322.487,14	968.143.538,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.608.544,00	2.608.544,00	320.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	971.524.318,16	985.713.943,14	967.823.538,80	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32.00%	311.722.515,89	316.263.195,88	309.805.932,42	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28.80%	280.550.264,30	284.636.876,29	278.825.339,18	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1027-1323-346). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/09/2023 e hora de emissão: 16:27.

MEDIDAS CORRETIVAS: Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 27 de setembro de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 27 de setembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico <https://www.cabo.pe.gov.br>, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

CLAYTON DA SILVA MARQUES

Prefeito

CPF: 887.884.314-87 (Assinado Digitalmente)

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador

CRC PE 022550/O-6 (Assinado Digitalmente)



Município do Cabo de Santo Agostinho

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2023/Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	40.700.000,00
Interna	0,00	40.700.000,00
Empréstimos	0,00	40.700.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	40.700.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% Sobre a RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	968.143.538,80	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	320.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	967.823.538,80	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	40.700.000,00	4,21
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	154.851.766,21	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	139.366.589,59	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	67.747.647,72	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1556-9631-889). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/09/2023 e hora de emissão: 16:27.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Nota: Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 27 de setembro de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho - PE. Período de publicação 27 de setembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico <https://www.cabo.pe.gov.br>, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

CLAYTON DA SILVA MARQUES

Prefeito
CPF: 887.884.314-87 (Assinado Digitalmente)

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador
CRC PE 022550/O-6 (Assinado Digitalmente)



Município do Cabo de Santo Agostinho

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2023/Quadrimestre Maio-Agosto

LRF, art. 48 - ANEXO 06

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	968.143.538,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	967.823.538,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	957.776.557,80

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	546.995.847,52	57,11
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	517.199.341,21	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	491.339.374,15	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	465.479.407,09	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	63.298.426,49	6,54
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.161.388.246,56	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	309.805.932,42	32,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	40.700.000,00	4,21
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	154.851.766,21	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	67.747.647,72	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema e-Pública (2340-7208-262). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/09/2023 e hora de emissão: 16:29.

Nota: Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 2º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 27 de setembro de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 27 de setembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico <https://www.cabo.pe.gov.br>, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

CLAYTON DA SILVA MARQUES

Prefeito

CPF: 887.884.314-87 (Assinado Digitalmente)

OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA

Contador

CRC PE 022550/O-6 (Assinado Digitalmente)